

**“FÓRUM LEGISLATIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTADO”
SANTOS**

19.9.03 – PSS – 001 a 015

A SRA. PRESIDENTE – MARIA LÚCIA PRANDI – PT – Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nobre Deputado Sidney Beraldo; 1º Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nobre Deputado Emidio de Souza; nosso anfitrião, Professor João Carlos; Sr. vice-Prefeito, na pessoa de quem cumprimento a todos; Dr. Rubens Lara; vereadores presentes da região; sociedade civil e demais autoridades nominadas.

É uma grande honra debater sobre a primeira discussão do Plano Plurianual da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

É uma honra recebê-los, Sr. Presidente, Sr. 1º Secretário, e especialmente os da nossa cidade, da nossa região, que sentem-se contempladas quanto a esse processo tão significativo.

O Plano Plurianual, na verdade, prevê as ações até 2007 e, ao encerrar esse primeiro PPA, estaremos cumprindo quase que a primeira década do terceiro milênio. Daí sua fundamental importância.

A Assembléia Legislativa inova e se incorpora ao trabalho que vai além de suas funções específicas, ao iniciar o trabalho do Índice Paulista de Responsabilidade Social. Socializar esses dados, discutí-los e, a partir desta realidade, encontrar alternativas para um desenvolvimento realmente sustentado.

A nossa região é composta por apenas nove municípios, com uma população de um milhão de meio de habitantes mais a população flutuante de 720 mil habitantes e apresenta o maior complexo portuário e retroportuário da América Latina. Temos o Pólo Petroquímico de Cubatão, temos a beleza e a importância de nossas praias, da nossa natureza, temos a questão da pesca, e com apenas nove cidades, entre as quais há profundas disparidades.

Nós nos sentimos honrados por desencadearmos aqui esse passo tão importante, e todos os representantes, os atores políticos, os atores sociais da nossa região, devem realmente nos dar forças para que tenhamos um desenvolvimento econômico sustentado na preservação ambiental, que é a nossa grande riqueza, com a distribuição de renda e com a qualidade de vida.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela honra. Muito obrigada, Sr. 1º Secretário, meus colegas que representam a região Deputados Marcelo Bueno, pois nos sentimos muito orgulhosos de representarmos estas nove regiões e ficamos honrados com esse processo que, sem dúvida nenhuma, é um avanço do Poder Legislativo Paulista.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –
Anunciamos as palavras do Sr. João Paulo Tavares Papa, vice-Prefeito do Município de Santos, representando aqui o Prefeito Beto Mansur.

O SR. JOÃO PAULO TAVARES PAPA – Bom-dia a todos.

Quero fazer uma saudação especial ao Presidente da Assembléia Legislativa, nobre Deputado Sidney Beraldo, cumprimentar a todos os deputados estaduais aqui presentes nesta Mesa; cumprimentar os nobres colegas e prefeitos.

Quero, rapidamente, dizer em nome da Prefeitura de Santos, especialmente ao Presidente da Assembléia Legislativa, que é uma grande honra estar recebendo a todos neste momento, ter o privilégio de estar sediando a primeira reunião, o 1º Fórum de Desenvolvimento, em especial, trazendo uma grande novidade, um grande avanço do ponto de vista político, que é uma nova forma de se elaborar o Orçamento do Estado.

Estamos ultrapassando a forma convencional de construção do orçamento público que sempre foi baseado nas cores da política; sempre foi baseado nas pressões políticas, melhor dizendo, e pouca relação tinha com a realidade, com as necessidades de cada região, de cada município, de cada Estado.

Acho que este é um grande passo que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo dá ao criar um dos objetivos lógicos, com uma relação direta junto às reais necessidades de cada cidade, de cada região.

Venho trabalhando nesse sentido, Sr. Presidente, elaborando um índice local que pretende estabelecer essas diferenças, e as realidades por bairros, que tem mais ou menos a mesma filosofia que foi instituída na criação deste “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado”. É essa a forma de evolução política que esperamos ter para um País em desenvolvimento, um País que ainda tem tantos obstáculos e tantos desafios para superar.

O político moderno, o político atual, o político responsável é aquele que sabe abraçar essas novas técnicas e essas novas necessidades da população.

A melhor forma de chegarmos mais próximos à realidade do povo que representamos é exatamente criando esses índices, criando mecanismos pelos quais possamos ter certeza da realidade de cada região, de cada povo, de cada cidadão e, dessa forma, elaborar o Orçamento, que, na verdade, é a peça que define o futuro da vida das pessoas dessas cidades, dessa região.

Tenho muita honra de estar representando o Prefeito de Santos, a cidade, o município, nesta manhã que considero histórica. Estamos efetivamente dando um grande passo no sentido da modernidade, no sentido da responsabilidade que todos os brasileiros esperam especialmente dos seus políticos.

Espero cumprimentar a organização desse evento, cumprimentar a Unicamp, e dizer que a Cidade de Santos está à disposição do aprimoramento desse trabalho.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –
Queremos registrar as presenças da Sra. Mila Beraldo, esposa do Presidente da Assembléia Legislativa, nobre Deputado Sidney Beraldo; do Sr. Léo Villas Boas, Vereador de Santos; do Sr. José Antônio Parimoschi, Secretário Executivo do Fórum e Secretário Geral de Administração da Assembléia Legislativa de São Paulo; do Sr. Gheorghe Bargiere, Prefeito de Peruíbe, e lamentar a ausência, por compromissos anteriormente assumidos, do Dr. Carlos Eduardo Andrade Sampaio, juiz de Direito e Diretor do Fórum de Santos.

Anunciamos, neste momento, as palavras do Sr. Rubens Lara, Presidente da Cetesb, ex-Secretário Chefe da Casa Civil, falando em nome do Governo do Estado de São Paulo.

O SR. RUBENS LARA – Exmo. Sr. Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; Exmo. Sr. 1º Secretário; nobres Deputados Marcelo Bueno, Fausto Figueira, Maria Lúcia Prandi, que representam a nossa região na Assembléia Paulista; Sr. João Paulo Tavares Papa, que, neste ato, representa o nosso anfitrião, Sr. Prefeito Municipal de Santos, Beto Mansur, quero inicialmente tecer aqui algumas palavras. Em primeiro lugar, sobre a minha cidade; em segundo, cumprimentar nosso Professor João Costa e, em terceiro, cumprimentar o Sr. Presidente da Assembléia. Deputado que sou desta região tive a tranqüilidade de representá-la também durante três mandatos. Portanto, alegria de poder estar aqui neste momento.

Srs. prefeitos, vereadores, senhoras e senhores, senhores representantes do setor produtivo, dos órgãos governamentais das secretarias do Estado, estamos a 10 dias do lançamento deste Fórum, que nasceu com sucesso, no último dia nove, não é Presidente? Hoje é dia 19, portanto, e nós, da nossa região, fomos escolhidos para sediar o primeiro de uma série de 18 encontros, que o nobre Presidente da Mesa da Assembléia está provocando, está estimulando a decisão do setor produtivo, da sociedade civil, das universidades, para que tenhamos o desenvolvimento sustentado.

A Assembléia Legislativa pretende, através deste fórum, ser o catalisador que ajudará a facilitar a implementação de novas ações, e não apenas fazer diagnósticos para o Estado. O desenvolvimento econômico precisa ser buscado, diária e incessantemente, com respeito ao meio ambiente e com a responsabilidade social necessária a todo desenvolvimento econômico.

O Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, nobre Deputado Sidney Beraldo, assim fez referência na abertura do Fórum da Assembléia Legislativa, no último dia nove, exatamente no dia em que a Assembléia Legislativa não quer ficar apenas nos levantamentos, mas quer ações, quer resultados portanto, concretos, da realização deste Fórum.

Neste momento, represento o Sr. Governador Geraldo Alckmin, que se encontra na região de Campinas desde ontem, em virtude de vários compromissos tanto naquele como em outros municípios.

O Sr. Governador, naquela oportunidade, na Assembléia Legislativa, afirmava que “somos parceiros da Assembléia Legislativa nesse empreendimento”. Vamos verificar o

que se pode colocar imediatamente em ação, para que o Estado possa ter um novo ciclo de desenvolvimento econômico.

Dizia mais o Governador Geraldo Alckmin: que é preciso corrigir, melhorar, avançar para que São Paulo possa se fortalecer cada vez mais.

Essa é uma iniciativa de inclusão, de justiça, de quem se preocupa com o meio ambiente, e cuida de gente, demonstrando uma clara preocupação com o futuro do Estado.

O Poder Executivo de São Paulo, através da pessoa do Sr. Governador, presente ao ato de lançamento, colocou-se à inteira disposição, celebrando uma parceria com o Poder Legislativo de São Paulo. S. Exa. também foi deputado estadual e falou no sentido de colocar o Executivo ao lado do Poder Legislativo, para que juntos possam construir um novo momento de desenvolvimento, de geração de renda, de emprego, mas comprometido com a qualidade de vida e do meio ambiente.

Sucesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na expectativa de que a região possa contribuir, oferecendo sugestões, idéias, e que possamos caminhar para um momento de melhor qualidade de vida para todos aqueles que habitam esta região metropolitana.

Como dizia a nobre Deputada Maria Lúcia Prandi, embora pequena, com nove municípios, é uma das regiões mais importantes do Estado de São Paulo, não só pelo aspecto turístico, portuário, de pesca, mas, sem dúvida alguma, por todo o complexo que ela abriga, pela importância e também por sua história de luta em defesa da democracia, da liberdade e da justiça social.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Apenas uma correção, pois houve um lapso da minha parte: o Dr. Carlos Eduardo Andrade Sampaio é juiz Diretor do Fórum de São Vicente, e não Diretor do Fórum de Santos.

Queremos agradecer também as presenças do Sr. Luiz Ângelo Verroni, Chefe de Gabinete da 2ª Secretaria, representando aqui o 2º Secretário, nobre Deputado Caldini Crespo; da Sra. Maria Tereza Ortalli, Delegada de Turismo da Secretaria de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo; da Sra. Josefina Irene Cardelli, Gerente Regional do SEBRAE, São Paulo.

Senhoras e Senhores, anunciamos neste momento as palavras, e a apresentação do Fórum, do Deputado Emídio de Souza, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA – PT – Faremos uma breve saudação, pois quem vai apresentar o Fórum é o nobre Deputado Sidney Beraldo.

Queria saudar a todos desta Mesa, meu colega Deputado Marcelo Bueno; meus colegas Deputados e colegas de partido, Deputados Fausto Figueira e Maria Lúcia Prandi; nosso querido Lara; o vice-Prefeito; o representante da Universidade, ex-prefeitos e vereadores, representantes de entidades aqui presentes.

A Assembléia Legislativa, ao se deslocar, nesta manhã, para a primeira audiência do “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado” foi buscar ouvir a sociedade, foi buscar ouvir as aspirações das comunidades, da sociedade civil, exatamente para colaborar no processo de planejamento e desenvolvimento no litoral.

Abrimos a introdução do livro que fala exatamente as seguintes palavras: “Conhecer melhor para decidir corretamente”.

À Assembléia Legislativa de São Paulo cabe a tarefa de tomar decisão de votar o Orçamento do Estado para cada ano e votar o Plano Plurianual para os anos de 2004 a 2007. Poderíamos fazer isso da maneira como sempre foi, da maneira tradicional, onde o governador envia para a Assembléia, a Assembléia se reúne, as comissões temáticas decidem, dão seu parecer e se vota. Mas nós preferimos dar um passo adiante no sentido de conhecer a realidade local. Evidentemente que os problemas locais são rotineiramente trazidos à Assembléia Legislativa pelos representantes da população local, no caso aqui o nobre Deputado Fausto Figueira, Maria Lúcia Prandi e Marcelo Bueno. Mas é bom, é enriquecedor que a Assembléia Legislativa se desloque e venha conhecer, e o que funciona inclusive como elemento de convencimento para os 94 Deputados da Casa.

Ao vir aqui, ao publicar o Índice Paulista de Responsabilidade Fiscal relativo aos nove municípios, evidentemente não temos a pretensão de agradar a todos, muito menos de desagradar. Temos a pretensão de lançar luz sobre a realidade vivida pelos municípios. Então, pela simples leitura do relatório vai poder ver, por exemplo, que a questão do saneamento básico é um problema de toda a Baixada Santista. Evidente que esta é uma

questão que não pode ser resolvida apenas no âmbito e com os recursos próprios das prefeituras municipais. É preciso o empenho decidido do Governo do Estado e do Governo Federal também para que estas questões se resolvam. E para se resolver é que estamos aqui, para buscar solução, para buscar entendimento, para ouvir, porque senão, nos próximos quatro anos, os índices que se apresentam às vezes negativos não se alteram.

Estamos na política para fazer a qualidade da vida das pessoas melhorar, para fazer as comunidades florescerem, para fazer o desenvolvimento se realizar. Por isso, estamos aqui para ouvir e tenho certeza de que, ao final desse encontro e ao final desses dezesseis encontros que a Assembléia Legislativa promoverá pelo Estado de São Paulo, nós Deputados Estaduais conheceremos muito melhor a realidade de São Paulo, para votar, para acolher emendas, para acolher sugestões e para decidir sobre como deve ser o investimento no Estado de São Paulo. Portanto, vamos à luta, porque o futuro depende da nossa ação. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD – Quero registrar também a presença do Sr. José Carlos Silva Barros, representando aqui o nosso Secretário da Juventude, Esporte e Lazer, Lars Grael.

Agora, sim, convidamos o nobre Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa, para que ocupe aqui a tribuna, para a apresentação do “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado”.

O SR. SIDNEY BERALDO – PSDB – Quero saudar o Professor João Carlos Gomes, que representa a reitora da UniSantos, agradecer pela oportunidade e ceder esse espaço para a nossa reunião. O vice-Prefeito João Paulo Tavares Papa, que, neste ato, representa o Prefeito Beto Mansur, Prefeito de Santos; Deputado Emidio de Souza, 1º Secretário da Assembléia Legislativa de São Paulo; a nobre Deputada Maria Lúcia Prandi, 4ª Secretária da Mesa Diretora; os Deputados Fausto Figueira, Marcelo Bueno; os Sr. prefeito, Gilson Carlos, de Peruíbe; Rubens Lara, Presidente da CETESB, neste ato representando o Governo do Estado; Alberto Pereira Mourão, Prefeito de Praia Grande; Sr. Márcio França, de São Vicente; Sr. Clermont Silveira Castor, de Cubatão; Sr. Alder Ferreira Valadão, de Itanhaém; representantes do Governo; Diretor-Presidente do IPT,

Guilherme; representantes das entidades da sociedade civil. Em primeiro lugar, quero fazer aqui um agradecimento à presença de todos vocês. A presença de vocês aqui dá a real condição para aquilo que nós mais desejamos, que é fazer com que a nossa Assembléia Legislativa possa cada vez mais fazer uma interação com a sociedade, com a população, com os prefeitos, com os vereadores, para que, dessa forma, nós possamos...

* * *

- **Áudio incompatível com o texto degravado.**

* * *

O SR. – ...merecer a confiança da Assembléia Legislativa de São Paulo, através da sua Presidência, Deputado Sidney Beraldo, pela confiança depositada na UNICAMP, no nosso Centro de Estudos de Economia Social, Urbana e Regional.

Queria agradecer a presença de todos e agradecer também aos técnicos da fundação SEADE, por ter regionalizado e apresentado um estudo regional do Índice Paulista de Responsabilidade Social para a região da Baixada Santista. Na realidade a Fundação SEADE está fazendo isso para todas as regiões onde nós iremos discutir as questões ligadas ao desenvolvimento econômico. Queria também agradecer aos técnicos da CEPAM pela organização, pelo auxílio que tem nos prestado, pela logística de apoio, e aos pesquisadores do núcleo de economia social urbana regional, por terem, em tempo recorde, conseguido montar o roteiro dessa exposição. Foi chamada a atenção aqui: o lançamento do Fórum foi há dez dias e esta é a primeira exposição.

Então, antecipadamente peço desculpas por alguma falha que possa haver, porque não tivemos tempo para testar estas coisas. A falta de tempo e a falta de experiência nesse tipo de eventos não são exclusividade nossa. Na realidade, a discussão das questões de planejamento é uma inovação introduzida também cerca de 12 anos atrás pela Constituição de 88 e passou a exigir a elaboração, a integração dos orçamentos anuais de cada Administração Pública a um plano mais geral; ou seja, a era da redemocratização recolocou como uma necessidade social a discussão das questões de médio e longo prazo da economia.

O PPA é o instrumento para isso. O PPA apresenta todos os gastos de capital e todos os programas sobre o futuro. O PPA é um plano que será executado posteriormente pelos orçamentos. Nós não estamos então discutindo o amanhã. Estamos discutindo um futuro próximo. E as questões de desenvolvimento não faziam parte das nossas discussões a não ser alguns economistas. Os alunos de economia conhecem o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, o plano de ação econômica do governo de 64, o primeiro PND, o segundo PND, mas ninguém que não seja economista conhece esses planos. Esses planos não foram discutidos com a sociedade.

Aliás, a organização política brasileira nunca facilitou a discussão desses planos pela sociedade. É a primeira vez que está sendo feita, é o terceiro Plano Plurianual que está sendo feito. A experiência sobre esses planos é muito precária e normalmente as ações futuras do Estado são organizadas ainda no processo eleitoral e centralizadas no Executivo. A função do Legislativo era, no tempo da ditadura, exclusivamente apoiar ou desautorizar integralmente os planos. Não se tinha capacidade de mexer em nada nele. O Plano Plurianual de ação governamental é aprovado pelo Legislativo e o Legislativo também não tem experiência, assim como a sociedade não tem experiência, em discutir as questões de longo prazo do desenvolvimento, porque a forma de se organizar era diferente.

O que a Assembléia Legislativa de São Paulo está propondo com este “Fórum de Desenvolvimento Econômico Sustentado” não é discutir propriamente o plano, porque quem elaborou o plano foram os técnicos, uma equipe técnica extremamente competente, mas do Executivo. Nós, do Legislativo, e a população em geral não temos canais organizados para levar adiante essa discussão. Este Fórum é uma tentativa de organizar essa discussão através do Legislativo. Não sabemos exatamente o caminho que vamos trilhar. Temos então duas dificuldades: trilhar esse caminho e aprender qual é o caminho. E esta é a primeira reunião que busca esse objetivo.

Vamos fazer uma apresentação que tenta contextualizar esse desenvolvimento de São Paulo, da Baixada Santista inicialmente; o Legislativo paulista fez já o Índice Paulista de Responsabilidade Social, nós vamos apresentar os dados referentes da Baixada Santista e posteriormente vamos discutir as características principais do PPA. Como penúltima etapa desta reunião, vamos fazer uma apresentação de um diagnóstico feito que está contido no PPA sobre o desenvolvimento da Baixada Santista e aí abriremos à participação geral de

vocês para colocarem suas perspectivas e discutirem se esse diagnóstico do plano está correto, se corresponde às nossas necessidades ou não.

É óbvio que não se quer aqui gerar expectativas de que vamos discutir item a item o PPA e que os Deputados conseguirão mudar. Não é assim que se processa. Isso foi feito assim, como disse, porque a sociedade brasileira não tem os canais, nem a tradição nem o conhecimento de discutir os planos de desenvolvimento.

O Plano de São Paulo ainda foi feito com várias audiências públicas. A mesma dificuldade que enfrenta o Executivo paulista na elaboração, na participação da sociedade desse plano, enfrentam o Governo Federal e todos os outros governos.

O PPA nasceu na Constituinte como um instrumento para a transparência das ações e dos atos do Governo para a sociedade. No entanto, a transparência, para ser efetiva, precisa que a população esteja olhando para o instrumento. Eu desconheço, aliás a maior parte dos economistas nunca viu um PPA, e principalmente os do Governo Federal, que é muito mais distante de nós. É esse então o sentido da nossa apresentação.

Aqui estão vários dados apresentados sobre a posição de São Paulo na Federação. Todos os números de São Paulo...

* * *

- **Áudio incompatível com o texto degravado.**

* * *

O SR. SIDNEY BERALDO – PSDB – ...melhorando a qualidade de vida da nossa população. E melhorando também do ponto de vista do tempo, porque o IDH, que é um índice reconhecidamente internacional, tem um período de 10 em 10 anos, que é feito com base em dados censitários, com dados do IBGE.

Esse vai ser possível, daí a sua importância. Além de termos alterado alguns índices para dar mais consistência na questão da distribuição de renda, porque só a renda per capita não mede realmente isso, foram levadas em conta outras variáveis. Tem a questão de que a cada dois anos estaremos fazendo a apresentação desse novo índice. Então dá para medir num período menor e fazermos uma avaliação.

De posse desta ferramenta, pretendemos que isso seja utilizado. Por isso queremos democratizar todas essas informações, por isso decidimos fazer essas reuniões regionais em todas as regiões do Estado de São Paulo, para dar conhecimento aos prefeitos, aos vereadores, para ouvir a análise dos prefeitos, que conhecem muito mais do que os pesquisadores a realidade dos seus municípios, e trazer aqui as ponderações, o que é favorável, o que é contra, e quais são as políticas públicas compensatórias que poderão ser desenvolvidas com o objetivo de melhorar essa qualidade de vida.

Por outro lado, a Assembléia terá, através das suas Comissões permanentes, tudo isso em seus bancos de dados, em cd-rom que os senhores irão receber. Teremos um portal específico na Assembléia e queremos fazer uma interação permanente, e todas as ações que a Assembléia irá promover sem dúvida estarão levando em conta esses dados, como um farol, como uma luz, que vai nos dirigir para que possamos tomar decisões mais corretas.

Como diz o Governador Geraldo Alckmin, o cobertor sempre é curto, e não temos dinheiro para tudo. O ideal seria que tivéssemos dinheiro para atender a todas as demandas. Quando não se tem dinheiro para tudo, qual é a nossa responsabilidade? Aplicar os recursos disponíveis naquilo que é mais importante, buscar dar uma eficiência cada vez maior para esses recursos, procurar aplicar os recursos de forma que melhore a qualidade de vida das pessoas. E se não temos esses dados, corre-se o risco de os recursos não chegarem para aqueles que mais precisam. Essa é a verdade. Porque se temos uma sociedade organizada, uma classe média forte, ela pressiona aqui, puxa aqui e acolá, e quando chega a hora de atender aquele que realmente mais precisa, numa política que vai tirar o cidadão de uma situação de dificuldade, o recurso chega lá muito pequenininho.

Por isso é importante que os prefeitos tenham esses dados e que levem em conta se está melhorando ou piorando, se o índice de mortalidade diminuiu. Para isso tem que melhorar o saneamento básico, tem que melhorar a renda, as condições de habitação, porque tem uma interação toda em cima disso.

Sabemos que isso traz às vezes algum desconforto, algum descontentamento, mas é preciso que façamos uma interpretação correta desses índices para que possamos, através deles, tomar decisões corretas.

Então a presença da Assembléia em todas as regiões, aproximando o poder decisório daqueles que podem influir nesse poder. Transparência nas nossas decisões. Discussão de alternativas de desenvolvimento econômico.

Quero saudar o nobre Deputado Estadual Roberto Felício aqui presente. Um abraço a Vossa Excelência.

Ter a oportunidade de discutir o desenvolvimento econômico da região de Santos, como disse, é muito importante para o Estado e para o país. Tem que merecer uma atenção especial. O desenvolvimento econômico nessa região, porto, ferroanel, rodoanel, toda essa logística de interação, interessa a todo o Estado. A questão do turismo, que tem uma possibilidade enorme de se desenvolver. Queremos discutir isso. Apresentar o IPRS, fazer reflexões sobre a qualidade de vida e ao mesmo tempo apresentando o nosso PPA.

O PPA de 2004 a 2007 prevê 200 programas, 200 políticas públicas, 1.300 ações, 30 bilhões de investimentos. Queremos apresentar esses programas e discuti-los com a população de cada região, no sentido de aperfeiçoar esses investimentos.

Quero encerrar as minhas palavras agradecendo a presença de vocês. Distribuímos um questionário, é importante que todos respondam-no, porque num primeiro momento ele leva em conta a questão do desenvolvimento econômico e num segundo momento queremos também conhecer um pouco a imagem que a Assembléia Legislativa tem. Portanto, gostaríamos que os senhores respondessem com toda franqueza, porque isso nos interessa, até para que possamos também corrigir os nossos rumos.

Agradeço ao CEPAM, pela mobilização, pelo trabalho que vem fazendo nessa parceria conosco, e também à Unicamp, uma vez que estávamos preocupados em ter uma metodologia dessas reuniões e um acompanhamento posterior, com produção de relatório. Assim, contamos com o NESUR, que é o Núcleo de Estudos Sociais Urbanos e Regionais, da Unicamp, para nos dar toda a metodologia e a tecnologia para que possamos tirar o maior proveito possível desses encontros que estamos fazendo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE - DE - CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD –

Queremos registrar também as presenças do Vereador Ney Lyra, de Bertióga; do Dr. Paulo Souza, vice-Prefeito de São Vicente; da Sra. Maria do Rosário Sales Gomes, representando

a Deputada Federal Telma de Souza; da Sra. Mariângela C. de Almeida, Diretora Regional de Ensino, representando o Secretário Estadual de Educação, Gabriel Chalita; da Vereadora Márcia Rosa, da Câmara Municipal de Cubatão; do Tenente-Coronel Jairo Bonifácio, representando o Comando do CPI-6 da Polícia Militar; do Sr. Silvério Cristana, Gerente de Políticas Públicas do SEBRAE.

Neste momento, gostaríamos de convidar os ilustres membros da Mesa para que ocupassem as primeiras fileiras do auditório da Unisantos para que possamos ter a apresentação diagnóstica do NESUR, que é o Núcleo de Economia Social Urbana e Regional do Instituto de Economia da Unicamp, que será proferida pelo Professor Gustavo Zimmermann.

Queremos reiterar mais uma vez o que o Presidente da Assembléia Legislativa acabou de falar, que existem dentro da pasta que todos os senhores receberam este questionário para ser respondido e entregue na saída e também uma filipeta para as questões que serão formuladas por parte da platéia com posterior comentários e respostas dos Deputados aqui presentes.

Informamos também que o IPRS, Índice Paulista de Responsabilidade Social, está disponível no site da Assembléia Legislativa desde ontem, que é: www.al.sp.gov.br

* * *

- **Trecho sem áudio.**

* * *

O SR. – É óbvio. Temos, em qualquer aspecto, em exportação, em importação, em produção industrial, em produção agrícola, em serviços, a sede do sistema financeiro nacional. Aqui, em São Paulo, localizam-se sete dos dez maiores bancos brasileiros. Isso nos causou enormes problemas, por exemplo, no último processo constituinte, e está se repetindo agora. Os deputados têm um membro destacado da Comissão dos Assuntos Fiscais da Constituinte que declarava que o grande problema da constituinte na área fiscal era como enriquecer o Brasil, impedindo o enriquecimento do Estado de São Paulo. Essa expressão não é minha, ela está gravada e citada.

Os senhores podem ver, o primeiro dado é sobre o transporte aéreo no Brasil. Em São Paulo, são cerca de 70 por cento. O transporte aéreo paulista é equiparável ao transporte aéreo dos principais países europeus, exceto a Alemanha. São Paulo é um país dentro do Brasil. Se São Paulo fosse uma nação, seria o quarto PIB latino-americano. Temos um PIB que é duas vezes o PIB chileno. O PIB paulista é equivalente ao da Argentina, um pouco menor. Ou seja, temos dados de riqueza extremamente importantes, temos um índice de automóveis por população que é quase o dobro do nacional, é equiparável a algumas das nações mais desenvolvidas, principalmente quando separamos as três regiões administrativas do Estado de São Paulo.

O Estado de São Paulo, assim dito, parece que não tem pobreza. Assim como São Paulo concentra os maiores bolsões de riqueza da Federação, também congrega alguns bolsões de pobreza. Aqui estão vários desses indicadores, alguns dados de São Paulo caracterizando o grau de urbanização paulista em relação ao brasileiro, que é bem superior. A taxa de mortalidade infantil é quase que a metade do restante do país. Esse dado do Brasil agrega São Paulo. Se tirarmos São Paulo, as diferenças vão ser mais gritantes. Temos 87% dos domicílios urbanos com esgoto sanitário. Nossa taxa de analfabetismo é a metade do restante do país. Do extrato inferior da nossa população, apenas 36% recebem até dois salários mínimos. No Brasil, esse dado é de 50 por cento.

Porém, se olharmos São Paulo não a essa distância, vamos ver que as três regiões metropolitanas de São Paulo até a Baixada Santista concentram 63% do PIB paulista. Se pusermos nessas três regiões metropolitanas Sorocaba e seu entorno, São José dos Campos e seu entorno, todos os dados vão passar para mais de 70% da população e 80% do PIB do Estado. Ou seja, a mesma diferença de padrão de desenvolvimento, de riquezas, de bem-estar que as nações desenvolvidas têm em relação ao Brasil, São Paulo tem em relação ao Brasil com essas três regiões e mais esses dois núcleos, que congregam 80% da riqueza. Ou seja, o espaço infra-estruturado econômico paulista concentra-se nessas regiões.

Aqui vemos as indústrias de base tecnológica. Dá para perceber que são essas cidades das regiões que falamos que congregam a alta tecnologia, incluindo São Carlos e Ribeirão Preto, que são também pólos de excelência. São Carlos é a cidade brasileira com maior índice de doutores por metro quadrado. Sobre a questão tecnológica, queria chamar a

atenção que um relatório recente, divulgado em maio de 2003, aponta a economia paulista como a 13ª economia internacional.

Se o Estado de São Paulo fosse uma nação independente do Brasil, seríamos a 13ª economia mundial, ombro a ombro com a China. A 11ª economia é a japonesa. Ou seja, São Paulo tem uma vocação, tem uma competitividade extremamente elevada. Essa competitividade se deve à infra-estrutura que o Estado tem, à efetividade das ações governamentais e, principalmente, à efetividade da iniciativa privada do Estado de São Paulo, que é a melhor posição desses índices, e é isso que nos transformou no que seria a 13ª economia internacional. O Brasil, incluindo São Paulo, é a 15ª ou a 16ª. Comparar as nações é sempre uma necessidade para sabermos que caminhos trilhar, quais os caminhos que deram certo, etc.

A única grandeza econômica que tínhamos até a década passada era o PIB. São as comparações do PIB, que é o índice de riqueza das nações. Acostumamo-nos a dizer que o Brasil era a 8ª economia internacional. Isso nos causava estranheza, porque víamos a pobreza ao nosso lado. Na década de 90 foi concebido o IDH, que, além da riqueza, incluiu dois fatores sínteses do desenvolvimento, que é a longevidade – a esperança de vida ao nascer – e a escolaridade, que se mede aqui com uma taxa de alfabetização das pessoas com mais de 15 anos. Essas duas grandezas introduzem no PIB um fator social de desenvolvimento, porque, afinal de contas, a riqueza tem a ver com a capacidade de a população gerar riqueza, que está diretamente ligada ao nível de educação e ao usufruto dessa riqueza refletida nos índices de longevidade da sociedade.

Temos, no Estado de São Paulo, um IDH superior ao do Brasil, um IDH de 0,8. O IDH máximo seria de um. O Estado de São Paulo tem uma equivalência com a Argentina e o Chile e um padrão superior ao do México. Esse índice compara nações e se baseia em dados censitários, que são os dados possíveis de serem comparados entre as diversas nações, transformando-se em dados decenais. A revisão, ou a conferência se estamos no caminho certo ou não, fica com um prazo muito distante. A Assembléia Legislativa encomendou e a Fundação SEADE teve a capacidade técnica de inovar; foi o primeiro índice desdobrado do IDH regionalizado que também incorporou as mesmas categorias, porém com indicadores que bianualmente podem ser captados, que é o consumo de energia elétrica residencial. Isso é um fantástico indicador do nível de renda das sociedades. As

diferenças no consumo residencial mostram diferenças no consumo de eletrodomésticos e no consumo do conforto que é absolutamente aderente ao nível de renda de cada família, de cada cidade. Esse é um dado que nós podemos captar anualmente.

Temos também o consumo de energia elétrica nas principais atividades econômicas, excluída a indústria, porque se trata de pegar os fenômenos do município. Normalmente o comércio e agricultura nos serviços têm aderência à economia local, muito mais do que uma indústria, que produz para o mundo inteiro. Aquele município aparece com uma riqueza imensa, que não fica na região. A longevidade também existe.

Cada um desses indicadores pode ser captado anualmente, pode ser utilizado e, mais, diferente do IDH, temos as dimensões fundamentais e variáveis de esforço. O que o município pode fazer para mudar a sua riqueza municipal? É buscar o desenvolvimento econômico, buscar estimular o empreendedorismo municipal. Não é apenas atrair a indústria.

Aliás, atrair indústria virou o maior engodo. É mais ou menos como desejar a mulher do próximo. É uma coisa muito desejável, mas extremamente perigosa, porque o município renuncia à sua capacidade de infra-estrutura e dar bem-estar para os seus municípios em favor às vezes de indústrias que não geram empregos. Emprego industrial, hoje, médio, em termos internacionais, não tem nada a ver com o custo Brasil, é de 10 a 20 vezes superior à geração do emprego permanente nos serviços no comércio.

Se estamos preocupados com o nível da população, temos de estar preocupados com o emprego e a renda. Por isso é que entra como variável de esforço e a administração local pode interferir no valor adicionado fiscal. A mortalidade perinatal também. É ela que reflete as condições de atendimento médico de saúde das gestantes antes do parto. As porcentagens de matrícula do ensino fundamental oferecidas pela rede municipal são de competência municipal. Lógico que isso tudo foi feito através de um movimento, de uma análise, estatística, etc., mas como foi dito pelo Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia, isso indica um caminho desejável. É o ideal? Não, não é. Mas é um índice. É preferível ter um índice desses do que não ter nada. Esse índice agrega as condições puras e econômicas ao bem-estar social e ao caminho que possivelmente possa ser seguido pelas administrações regionais.

Aqui nós temos as três dimensões do Índice de Desenvolvimento do Estado de São Paulo: riqueza, longevidade e escolaridade. Vejam que isso dá um quadro muito melhor para nós. Estamos atravessando uma crise econômica séria. Mas é óbvio que isso afeta as condições do ensino, as condições de longevidade, etc., mas percebemos que a vida social têm várias outras características.

Pela primeira vez no Brasil foi captado no censo de 2001 o grau de ineficiência física das pessoas. As pessoas que, para viverem, precisam ter auxílio, têm dificuldade de enxergar, andar ou ouvir, que são as doenças da velhice. Aí, surpreendentemente, temos a nossa esperança média de vida, principalmente feminina, bem menor que a dos países desenvolvidos. Mas as mulheres brasileiras vivem mais tempo com saúde. Esse é um dado interessante para pensarmos sobre a qualidade de vida.

Existem outros indicadores que pegam a altura média da população. Não é possível a população crescer na média se não estiver usufruindo da riqueza.

Então, vejam que o nosso índice de riqueza é o mais baixo deles. Mas felizmente a sociedade ainda tem um aproveitamento melhor dessa riqueza.

Aqui se comparam as regiões administrativas do Estado de São Paulo. Temos um índice geral, a Baixada Santista está na 5ª posição (ininteligível) Campinas, São José e Ribeirão Preto.

Em termos de longevidade, aqui a primeira surpresa. Notem que o dado de longevidade tem o peso de um estoque muito grande. A poluição da Baixada Santista influenciou nisso. Mesmo que ela esteja hoje equacionada, disciplinada, esse estoque, que é essa população nossa mais velha, tem influência nisso.

Aqui a mesma comparação em termos de dimensão da escolaridade. A Baixada Santista já não é mais a última. Temos Sorocaba, Franca, além de Registro, que é a nossa vizinha aqui. Mas também há uma coisa. Vejam que a diferença entre os graus de escolaridade não é tão gritante quanto as outras. Temos um patamar Brasil elevado.

Cada uma das dimensões, para efeito de IDH, é subdivida em três faixas, exceto a riqueza, que é alta e baixa, o que também corresponde à concentração industrial em algumas regiões e ao grande disparate da distribuição espacial da produção industrial no Brasil e no Estado de São Paulo. Por isso é que a riqueza só tem duas subdivisões, porque o que interessa não é saber qual o município campeão, qual o que chegou duas horas depois

de acabada a corrida, enfim. Não é isso. Não se trata de fazer um “ranking” para saber quem é o vencedor. Isso é uma coisa do “marketing” esportivo, não de política social.

O que temos, então, no Estado de São Paulo, são cinco grupos. Os municípios foram divididos em cinco grupos, que são: o grupo 1º engloba 62% da população do Estado e 12,5% dos municípios. São os municípios que têm todos os indicadores de riqueza e os sociais em bom nível, estão na faixa mais elevada. E assim vai. O 5º grupo é onde “não sei por que moram aqui”, ou seja, são os bolsões de pobreza...

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCILD - ... para que não esqueçam de preencher este questionário que se encontra na pasta que todos receberam. Isso é muito importante para termos uma avaliação dos presentes. Também preencher aquela filipeta para as manifestações de todos os presentes.

Vamos iniciar então os comentários por parte da Mesa, por parte dos Deputados, iniciando com o Deputado Marcelo Bueno.

O SR. MARCELO BUENO – PTB – Boa-tarde a todos.

Exmo. Deputado Sidney Beraldo, Presidente da nossa Casa Legislativa, na pessoa de quem cumprimento os demais colegas parlamentares, a todas as autoridades presentes, representantes da sociedade. Fica difícil fazermos um comentário mais abrangente depois da aula que tivemos com o professor. Acredito que aprendi muito nesta manhã. Fiquei impressionado com alguns dados, assustado com outros, mas, resumindo, o importante é que a nossa região é considerada, tem muito a oferecer e também tem muito a crescer.

Gostaria de comentar um ponto que me deixou um pouco preocupado: que o Estado de São Paulo está dividido em três regiões administrativas: a Região Metropolitana de Campinas, a Baixada Santista e a Região Metropolitana de São Paulo. O Estado de São Paulo vive em função praticamente dessas três regiões. Isso é preocupante, até pelo fato de que a maior concentração populacional vive nela. Isso gera também uma maior concentração de problemas sociais. Acredito que dentro do pressuposto, nós, como Deputados, nós da Assembléia Legislativa, a maior Casa de Leis da nação, temos por obrigação rever alguns pontos em relação ao nosso Estado.

É claro que a nossa região, espremida do jeito como foi colocado, 1% do território estadual, que tem uma função fantástica de desenvolvimento, tem muito, muito mesmo a oferecer.

Gostaria de completar e dizer aos meus nobres companheiros da Baixada, Fausto Figueira e Maria Lúcia, que precisamos realizar um trabalho conjunto, até na apresentação do PPA, daquilo que a nossa sociedade ainda não conhece, ou seja, o que é o PPA, por que do PPA.

Uma coisa que não vi ali foi em relação ao Rodoanel, se vamos saber o que vai acontecer com a interligação aqui, melhorando a infra-estrutura de acesso à malha portuária, à porta de entrada. No Brasil temos importações e exportações e devemos ter um carinho especial. Uma coisa que me chateou um pouquinho é que o Vale do Ribeira está compreendido também no grupo cinco. Amanhã – não é, Sr. Presidente? – estaremos em Registro para conversar a respeito do Vale do Ribeira e do Pontal do Paranapanema.

O importante é que estamos fazendo o papel principal da democracia, que é discutir, aprender, propor onde se tem de propor, ouvir e também executar.

Meus parabéns a toda a Mesa, aos deputados de nossa região, ao nosso querido 1º Secretário Emidio de Souza, ao meu companheiro Roberto Felício, às demais autoridades e parabéns à sociedade que aqui esteve presente para ouvir um pouquinho, comentar e discutir aquilo que a gente precisa fazer.

O importante é que estamos caminhando. Sempre falo isso, depois que ouvi de meu nobre Líder Campos Machado, no dia em que tomei posse na Assembléia Legislativa, em meu primeiro mandato. Sou um caçula dessa Mesa, caçula dos representantes da Baixada. Ele disse uma frase que nunca mais vou esquecer: “São três coisas que influenciam na vida de um homem, na vida de uma mulher, na vida da sociedade. A primeira delas fala de oportunidades. A flecha lançada, você não consegue buscá-la mais. A palavra proferida e a oportunidade perdida. Precisamos olhar isso com carinho, pensar bem, porque depois das três coisas executadas, dificilmente a gente conseguirá mudar ou melhorar”.

Muito obrigado por isso. Espero poder cooperar e colaborar com meus dois amigos parlamentares, assim como também com a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. SIDNEY BERALDO – PSDB – Muito obrigado pelas palavras, Deputado Marcelo Bueno.

Queremos mais uma vez reiterar para que as pessoas na platéia se manifestem através do questionário que se encontra inserido na pasta que todos receberam. Vamos ouvir as manifestações e as palavras do nobre Deputado Fausto Figueira.

O SR. FAUSTO FIGUEIRA – PT – Sr. Presidente Sidney Beraldo, Srs. prefeitos, colegas deputados e vereadores, acho que vivemos um momento que cria uma expectativa aos participantes deste Fórum, na medida em que temos um diagnóstico da situação, e aí quero usar meu viés médico, que feito um diagnóstico temos de propor um tratamento. Feito o diagnóstico, temos de tomar medidas de implementação de políticas que modifiquem esse diagnóstico que fizemos.

A Baixada Santista, conforme consta do relatório que a Assembléia fornece a todos nós, tem, em relação ao Estado de São Paulo, os piores índices de longevidade e os menores índices de escolaridade. Dos nove municípios da Baixada Santista cinco estão no grupo quatro e cinco, que têm os piores índices de riqueza, longevidade e escolaridade. Feito esse diagnóstico, acho que se cria uma expectativa em relação ao Fórum de que deste Fórum, desta nossa participação, de algum jeito a nossa atuação possa gerar medidas para a transformação e implementação de políticas que revertam esse quadro.

Acho fundamental que este não seja simplesmente um ato cerimonial ou “pró forma”, mas efetivamente este “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado” redunde em medidas que, implementadas no PPA, possam gerar políticas de desenvolvimento dessa região.

Acho que nós, do Partido dos Trabalhadores, que lutamos durante muito tempo pelo chamado “orçamento participativo”, de alguma maneira vivenciamos e queremos transformar essa cerimônia num ato efetivo do ponto de vista de contribuição e transformação do Plano Plurianual, do plano de investimento e do Orçamento, para que efetivamente, feito o diagnóstico, nós possamos implementar no...

* * *

- **Áudio incompatível com o texto degravado.**

* * *

O SR. GUSTAVO ZIMMERMANN – O que está embutido nessas cinco diretrizes estratégicas é tornar o Estado mais eficiente. Vejam que, no desenvolvimento econômico temos ciência, tecnologia, economia do conhecimento com 10 programas, ou seja, o Governo está privilegiando para esta próxima etapa o aumento da produtividade sistêmica, o grande fundamento do plano.

Aqui são as quotas das grandes regiões administrativas, com destaque, aqui no nosso caso, para a região administrativa de Santos. Aqui mostram-se as concentrações de estabelecimentos em setores selecionados da indústria – são os arranjos coletivos locais, em português claro, ou, em português mais sofisticado, “clusters”. Economista adora falar em inglês, que ninguém entende. Aqui em Santos, obviamente, as concentrações são aqueles mesmos que apresentamos.

Cada metodologia utilizada mostra um mapa diferente. O SEBRAE de São Paulo tem também um trabalho de identificação de “clusters”, que mostra um quadro totalmente diferente. Não foi possível a gente aumentar as letras desse quadro, nem introduzir os dados do SEBRAE, Serviço de Assistência à Pequena e Média Empresa, porque na metodologia deles, na região da Baixada Santista, todos os municípios têm um possível aglomerado, um arranjo produtivo local. Sei, por informações, que eles atuam na Baixada Santista e em Santos na área têxtil, na produção de moda de praia.

Isso é para mostrar como a iniciativa local, etc., é importante. Não preciso atrair para cá grandes indústrias. Numa conversa esta semana, eu estava chamando a atenção para uma região – que depois verifiquei que aumentou bastante o número de empresas médias – que há alguns anos a administração local queria disputar, através de renúncia fiscal, comprar um terreno por quatro milhões de dólares e ceder para uma multinacional eletrônica. Com muito mais economia, se reorientou para o estímulo a essas pequenas e médias empresas, que são as empregadoras.

Os arranjos produtivos locais pegam as empresas que têm. Na realidade, cada grupo, cada pesquisador tem uma definição para arranjo coletivo local. O que na realidade pesa nisso é que elas todas vivem numa grande região. A razão disso são as mais diversas possíveis. Pode ser proximidade da matéria-prima, proximidade do mercado consumidor,

conhecimento tecnológico e científico para fazer aquilo, podem ser fatores históricos, como, por exemplo, a região da Baixada Santista.

O desenvolvimento santista se explica por razões históricas. Aliás, o desenvolvimento da Grande São Paulo se explica pelas mesmas razões históricas.

O PPA, com base naquele diagnóstico que mostramos, apresentou essa receita para a Baixada Santista, ou seja, fez este prognóstico. Prevê prosseguir o processo de ajuste e atividade, manter sob controle a emissão de poluentes, ganhar condições de implantação das grandes intervenções na infra-estrutura, as instalações portuárias no Porto de Santos, abertura de um canal sobre o estuário, o TIM, ampliação do sistema de saneamento básico, o reaproveitamento das áreas portuárias para implantação de facilidades culturais, a implantação do DLT, elaboração do plano de área metropolitana da Baixada, o programa integrado de despoluição, e um sistema de informações georeferenciadas.

Na realidade, o que acho que devemos passar a fazer é aproveitar o conhecimento local para ver se esse diagnóstico estava correto e se esse prognóstico estava adequado ao diagnóstico. Como economista e como santista – saí daqui para ir para a UNICAMP – quero dizer o seguinte. Há uma frase de que me lembro que está no plano, e que me lembra o tempo em que eu morava aqui. O pessoal acha, e grandes correntes do pensamento na Baixada acham que Santos é um apêndice da Grande São Paulo.

Gente, se falássemos castelhano, se tivéssemos uma tradição indígena incaica ou maia, Santos se chamaria Cuzco, que é “umbigo”. A Grande São Paulo se localiza ali, porque o porto está aqui. É diferente. E, é um acaso histórico, porque se fosse Ubatuba, a Grande São Paulo seria a Grande São José dos Campos – até as mesmas condições geológicas, com a formação de uma represa sobre Caraguatatuba existem. O caminho é em tudo semelhante ao da Baixada Santista.

Então, ao pensar o desenvolvimento de Santos não somos caipiras. Somos caiçaras. Mas, não podemos olhar para o mar e ficar de costas para o Estado. O Rodoanel interessa, é um investimento na economia santista. Não é um investimento para o resto do Estado. A competitividade do Porto de Santos não é para a Baixada Santista apenas. É o maior porto de exportação da América Latina. Não somos um apêndice.

A segunda coisa que quero dizer, ainda como provocação, é que o turismo na Baixada é um turismo da era automobilística. O que viabilizou o desenvolvimento urbano

de Santos – cuja economia é muito mais complexa que exclusivamente o porto – foi o automóvel. A primeira estrada pavimentada do Brasil foi a Estrada Velha do Mar. A primeira estrada de cimento do Brasil foi a Anchieta. Isso não é à toa. Isso trouxe para Santos o que vimos: a abertura da Imigrantes, a explosão de uma cidade como a Praia Grande, e uma cidade grande em quaisquer termos internacionais.

São essas provocações que queria deixar para vocês como contribuição para a próxima etapa.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Muito obrigado, Prof. Gustavo Zimmermann. Queremos, então, rapidamente convidar o Presidente da Assembléia Legislativa, nobre Deputado Sidney Beraldo, para recompor a mesa, bem como os nobres Deputados Marcelo Bueno, Fausto Figueira, Maria Lúcia Prandi, Roberto Felício, Emidio de Souza.

Também para fazer parte da mesa o Prof. Gustavo Zimmermann, o Sr. José Antônio Parimoschi, Secretário Executivo do Fórum, e o Professor Ulysses Semeghini, Assessor Especial da Presidência da Assembléia Legislativa.

* * *

- **Áudio incompatível com o texto gravado.**

* * *

O SR. FAUSTO FIGUEIRA – PT – ...problemas que vivemos em nossa região são problemas de uma cidade só, mas são problemas de uma região conurbada onde vivemos seguramente as conseqüências de um esvaziamento econômico brutal propiciado pelo modelo econômico que foi implantado no País e que em nossa região teve conseqüências extremamente graves.

Como conseqüência disso tivemos o incremento da violência urbana que puxa para baixo o nosso índice de longevidade. Isso tem sido discutido na sociedade de uma forma absolutamente correta, que nos cobra para que tenhamos atitudes do ponto de vista de implementação de mudanças que possam reverter essa baixa longevidade na nossa região.

As questões de segurança, saúde, educação saneamento, moradia, lixo e turismo não são questões que possam ser resolvidas numa cidade só. Acho que o papel da Agência Metropolitana, mais do que fazer diagnósticos – e que tem feito com muita competência – tem uma limitação do ponto de vista de implementação de políticas públicas. Quer dizer, a Agência não pode ser só uma academia formuladora de propostas, mas é preciso que juntos discutamos qual é o papel que a Agência possa ter na implementação de políticas metropolitanas.

A Deputada Maria Lúcia e eu, em nossos mandatos, num seminário com a participação de mais de 300 pessoas, tivemos a oportunidade de discutir a implementação de políticas públicas e de formulação de propostas junto com os nossos vereadores das diferentes cidades em relação a cada uma dessas coisas.

Acho que não podemos – e foi ressaltado aqui como proposta – esquecer o papel que o turismo e o porto têm para a nossa região do ponto de vista da revitalização econômica da nossa região. Do ponto de vista de representantes dessa região, na questão do porto e da sua infra-estrutura viária, ferroviária, sobretudo aquilo que o porto representa sob o ponto de vista da geração de empregos e de riqueza em nossa região temos que, de uma maneira competente, lutar para a implementação de recursos para que essa infraestrutura portuária efetivamente possa responder àquilo que o porto tem de importância para a nossa região, para o nosso Estado e para o País.

Não podemos olhar o porto como algo municipal. Fui vereador e é de minha autoria uma lei que autoriza o Município de Santos a participar de um processo da regionalização; e é de autoria da Deputada Maria Lúcia Prandi a lei estadual que autoriza o Estado a participar de um processo de regionalização, o que não significa que devamos perder o enfoque do que o porto significa para o País: um quarto do comércio exterior, o movimento de importação e exportação, passa pelo Porto de Santos. O porto é vital para a geração de emprego e de riqueza para a nossa região.

Isso significa de alguma maneira que revertamos algo que tenha acontecido. O porto tem crescido muito e tem batido recordes de produção e, ao contrário de outros portos no mundo, que foram reformulados e modernizados, sem a crise social que se gerou na nossa região. Quer dizer, é possível fazermos o desenvolvimento, reforma das relações com o porto, reforma da operação portuária sem ter a crise social que tivemos. Barcelona, Gênova

e Roterdan tiveram um processo de modernização sem a crise social que vivemos. Acho que é esse o desafio que se põe.

Para terminar, acho que o Fórum traz para nós políticos que representamos – e com muito orgulho – essa região, uma responsabilidade de planejamento. Temos a obrigação de governar não para as próximas eleições, mas para as próximas gerações. É fundamental que olhemos para esse planejamento de uma maneira mais consistente em que possamos efetivamente planejar para desenvolver o futuro para nós e para as próximas gerações.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Tem a palavra o nobre Deputado Roberto Felício.

O SR. ROBERTO FELÍCIO – PT – Com a licença dos senhores, parablenzo os Deputados Marcelo Cândido e Fausto Figueira pelas suas palavras.

Minhas senhoras e meus senhores, integrantes deste Plenário, integrantes da Mesa, Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Sidney Beraldo; 1º Secretário da Mesa, Deputado Emídio de Souza; Deputada Maria Lúcia Prandi, minha colega do Partido dos Trabalhadores; Deputado Fausto Figueira, demais autoridades aqui presentes, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e membros da comunidade da Baixada Santista; em primeiro lugar, gostaria de parabenizar e cumprimentar a Mesa da Assembléia Legislativa e por extensão todos os deputados por essa importante iniciativa.

Acho importante que a nossa Assembléia tome iniciativas como esta, este espaço de representação popular que possibilita que a população possa influenciar e possa discutir os problemas do Estado e da sua região e como resultado disso possa ver expresso tanto no PPA quanto no Orçamento e em nossa legislação parte da sua opinião.

É verdade que somos deputados, frutos de representação, a chamada democracia representativa. Não substituímos o povo; nós representamos o povo e há circunstância em que é bom ouvirmos o que o povo tem a dizer para que possamos elaborar leis e procedimentos em conformidade com o que pensa a população.

Em segundo, quero registrar, a exemplo do companheiro Deputado Fausto, que também tem essa preocupação, os procedimentos decorrentes dos 17 eventos que vamos fazer em todo o Estado de São Paulo.

Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos valorizar este evento e até definimos que os Deputados buscariam participar dos eventos não só da sua região de origem, para que possamos estar presentes o máximo possível em todos os 17 eventos. É isto que me traz aqui hoje, porque não sou exatamente deputado da Baixada Santista, embora também tenha tido votos nesta região, sobretudo de educadores.

Quero, inclusive, manifestar essa preocupação e já a manifestei há pouco ao Presidente. É a preocupação de que, daquilo que ouvirmos aqui e dos pleitos que forem apresentados, geremos demandas e como vamos trabalhar para que essas emendas sejam incorporadas.

Não quero nem fazer discussão do futuro, mas quero fazer do passado, exatamente para dizer que o futuro não pode ser como o passado. Os projetos de Orçamento, os planos plurianuais ou planos de desenvolvimento, como foi bem dito aqui antes, em geral são tão hermeticamente apresentados que os nossos fóruns viram uma boa discussão, mas quase sempre acaba virando uma atividade diletante. Discutimos de maneira muito prazerosa, mas depois não há resultados disso.

Tomara que encontremos nas próximas semanas e nos próximos meses uma solução para isso que nos aflige neste momento. Como vamos fazer com que a expressão da vontade popular se interfira de fato no PPA e não seja como geralmente tem sido no poder público do Brasil de modo geral.

Quero dizer que vejo os números – e não digo isso para criar aqui nenhuma polêmica na minha apresentação inicial –, mas quero dizer que vejo os números com um pouco de cautela. Penso que seja importante que enxerguemos os números com bastante cautela. Às vezes, alguns números servem para nos deixar deprimidos e às vezes certos números servem para nos deixar indevidamente otimistas.

A título de exemplo, cito um número de que tenho melhor conhecimento. Se verificarmos a universalização do ensino aqui no Estado de São Paulo, vamos observar que quase todas as nossas crianças estão matriculadas, mas, infelizmente, a qualidade do nosso

ensino faz com que tenhamos os chamados analfabetos funcionais, pessoas que estão certificadas mas não foram devidamente alfabetizadas.

Deixo outras áreas para observação de quem conhece melhor essas áreas, mas me dou o direito de usar o exemplo da Educação com números que não são tão animadores assim porque venho aqui na condição de professor e Presidente do Sindicato de Professores e portanto conheço bem a realidade da Educação. Lamentavelmente, os números não são tão animadores. De qualquer maneira faço essa observação na perspectiva não de fazer apenas a mera contestação do que citei, mas para que vejamos com muita frieza esses dados para que a nossa análise possa ser bem feita. Se nos perdemos ou pelo excesso de pessimismo, ou pelo excesso de otimismo, se acharmos que os números estão resolvidos e que só temos de colocar mais 2% das crianças nas escolas e o problema educacional está resolvido, penso que faremos um mau diagnóstico. A partir de um mau diagnóstico, sem dúvida, proporemos más soluções. O Deputado Fausto, como médico, sabe melhor do que eu. Como ele mesmo disse, se mau diagnosticado um problema receitaremos um remédio inadequado.

Assim, penso que devemos enxergar esses dados com muito realismo e com muita tranqüilidade sem nos deprimirmos demais, porque a depressão também pode nos ajudar, mas sem sermos também excessivamente otimistas, porque isso também nos atrapalha.

Um bom-dia para todos nós. Tomara que tenhamos um bom encontro e, de resto, parece ser bastante promissor este evento. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –
Obrigado pelas palavras, Deputado Roberto Felício.

A partir de agora, vamos abrir espaço para os Srs. prefeitos aqui presentes, iniciando com o da Praia Grande, Sr. Alberto Mourão.

O SR. ALBERTO MOURÃO – Inicialmente, cumprimento os integrantes da Mesa na pessoa do nobre Deputado Sidney Beraldo e quero parabenizá-lo pela iniciativa de trazer para todas as regiões do Estado de São Paulo a oportunidade de discutir o PPA e o Orçamento Público. É uma iniciativa inédita e importante para que possamos fazer os ajustes.

Já manifestei a minha indignação com relação a alguns índices e as palavras do Deputado acabaram de ajudar a confirmar isso, que às vezes ficamos muito felizes quando vimos índices elevados em alguns pontos e muito tristes quando eles são muito baixos. Mas fico mais preocupado ainda quando a interpretação não leva em consideração o espaço, não leva em consideração uma análise mais profunda, abertura dos índices. Pegar a média é perigoso. Tem que saber o que contém essa média, qual o setor responsável por cada média para que aquilo aconteça e como a coisa é mostrada à sociedade, até porque tenho certeza que a intenção da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo é criar um indicador de qualidade de vida que mostre a responsabilidade social do Estado. Mas estado poder, não é Senhor Presidente? Estado do Governo, não estado federativo, estado na divisão geográfica do Brasil, mas estado poder público, tanto municipal, estadual e federal. E percebemos que, na composição desses resultados, ações governamentais são de responsabilidade do Governo Federal, ações governamentais são de responsabilidade do Governo Estadual e Municipal. Cada um tem uma responsabilidade social para que esses índices se revertam.

Também percebemos que há necessidade, Presidente, de mexermos um pouco na composição da elaboração desses índices. Aqui falo em nome das prefeituras, se me permitir, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Praia Grande, porque uma coisa me chamou a atenção na composição da riqueza. Como o índice de riqueza é medido 44% pelo consumo de energia elétrica dos domicílios, vou citar Praia Grande, uma cidade que tem 145 mil imóveis residenciais, dos quais 98 mil imóveis de veraneio. Dois terços de tudo que está sendo construído naquela cidade tem uma ocupação de 45 dias.

Então, Santos que tem o mesmo número de imóveis e ligações de energia elétrica, tem 20 mil imóveis de veraneio. Inverte-se o processo. Se você pegar a média por ligação, automaticamente despenca o seu consumo de energia elétrica, porque aqueles imóveis de veraneio que só são usados na temporada vão levar a uma distorção fundamental no nível de riqueza, uma distorção nos índices, porque tem um peso muito alto.

É fundamental que revejamos isso em relação a cidades como Bertoga, e pode notar que isso teve um peso fundamental nesses índices. Se revirmos isso vamos ter uma modificação substancial.

Na Praia Grande – e estou falando de um período que me deixa muito à vontade, do período em que fui governo pela primeira vez, mas pagamos a conta pesada disso – todo

mundo da Baixada se lembra da minha luta em relação ao número de homicídios registrados em Praia Grande. Em determinado período, o índice de criminalidade da cidade, feito por um instituto que se dizia científico, foi elevado à estratosfera. Por quê? Porque há um Dacar, que é um cadeião, com 1200 presos, todos eles na Baixada Santista, onde, de 180 mortes ocorridas em 97, 130 foram dentro do sistema. Cento e trinta mortes dentro da cadeia, sendo que o B.O. é registrado na delegacia e o óbito no Registro Civil da cidade. Aí se busca uma comparação com notícia de "O Estado de S.Paulo", onde se concentra o maior número de mortes na idade exatamente onde os índices despencaram: até os 35 anos.

Então, temos que fazer um ajuste no sentido de buscar que cidades que são sedes de unidades prisionais – e isto vale para o Estado de São Paulo – não podem ter o mesmo tratamento. Tem que se expurgar o número de óbitos ocorridos no sistema prisional, assim como a Secretaria de Justiça já fez em relação aos índices de criminalidade, porque senão, se transferirmos o Dacar 10 para Bertiooga, que tem 20, 30 mil pessoas, vamos ter uma guerra mundial, porque o índice de mortalidade lá, de violência, vai ser astronômico, assustador.

Temos que tomar cuidado com essas coisas, até porque queremos melhorar a economia de uma região e de uma cidade e de repente com um índice acabamos empurrando mais para baixo. Alguém vai falar que nem passa lá: “os índices de criminalidade estão muito altos e nem vou àquela cidade.”

Esta é uma coisa que gostaria que a Fundação SEADE analisasse para que no próximo índice houvesse ajuste nessa situação. Mas acho importante que, abrindo os três principais índices, principalmente na questão da longevidade, percebemos que a Baixada Santista, sem sombra de dúvida, tem reduzido todos os índices. Não podemos ser pessimistas, dizer que não houve evolução. Estaríamos preocupados se cada índice que saísse estivessemos caindo, mas em todos os índices, sejam eles do ponto de vista do concentrado, evoluímos na questão da longevidade. Percebemos que a mortalidade infantil com o pré-natal em todas as cidades vem sendo reduzida.

Temos certeza que agora na discussão do PPA é a oportunidade de ver a quem cabe a maior responsabilidade de reduzir isso e buscarmos ações para que se concentrem investimentos dos órgãos competentes para que esses índices sejam reduzidos mais rapidamente ao nível da média estadual. Aí percebemos que, se direcionarmos ações do

Governo do Estado para a questão de saneamento básico, e aí fica o meu registro, vamos reduzir os índices de mortalidade infantil. Para aumentarmos o índice de longevidade precisamos reduzir a taxa de mortalidade por falta de UTI neonatal, de UTI adulta e investir em leitos hospitalares na região. Vamos perceber que as cidades que têm o menor índice de longevidade mais problemas têm de saneamento básico e de leitos hospitalares.

Fica aqui o meu registro de que na parte econômica de investimentos temos que direcionar para essas duas ações que são fundamentais para melhorarmos o desempenho desses municípios.

Muito obrigado, Presidente. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD – Tem a palavra o Prefeito Gilson Bargieri, da Estância Balneária de Peruíbe, lembrando que cada manifestante terá o tempo aproximado de cinco minutos.

O SR. GILSON BARGIERI – Bom-dia a todos, Presidente Sidney Beraldo, em nome de quem cumprimento todas as autoridades da Mesa. Quero ser bem rápido aqui. Estou de acordo com o nosso Prefeito Mourão que já fez uma intervenção de forma muito brilhante, aliás, o que lhe é característico.

Quero chamar a atenção aqui, não sei se é o momento, por algum desencontro do PPA em relação à região metropolitana – e quem me alertou foi a nossa Vereadora do PT, Maria Olinda (?), que aqui também está, e com muita razão –, pois no PPA não se inclui a Cidade de Peruíbe para o trem metropolitano, que iria apenas até Itanhaém.

Quero saber se Peruíbe continua fazendo parte da região metropolitana, porque até para constar seu nome nas placas da Ecovias tivemos que fazer uma série de pedidos. Queria saber, já que estamos integrados e nos dedicando tanto para a melhoria das nossas cidades. Com um índice desses em véspera de ano eleitoral, que naturalmente vai ser um prato cheio para todos, sem ser feita referência que essa pesquisa é do ano de 2000, todo o nosso esforço pode ser prejudicado, porque as pessoas não entendem dessa forma.

Não sei se é esse o momento, mas se for outro momento, o Senhor, por favor, nos oriente para que possamos reclamar para que se inclua a nossa cidade na região

metropolitana em todos os casos, até porque em época eleitoral temos o prazer de conviver com o Governador, que, aliás, é um excelente Governador.

Então, gostaria também de lembrar que nós – e para a nossa agência metropolitana aqui, o CONDESB – nos surpreendemos com os valores colocados, de 500 mil reais, para projetos da região metropolitana. É muito pouco, Presidente, para uma região que é a quarta do Estado. É necessário que se tenha sensibilidade para que nós, além de sermos ouvidos, possamos ser contemplados com projetos que modifiquem esses índices aí. Temos essa necessidade e para saber qual o melhor caminho esperamos ser orientados por vocês.

Parabéns! Leve nosso grande abraço ao Governador Geraldo Alckmin, parabéns pela iniciativa! É dessa forma que se constrói, que se constitui. Até usando o próprio governador, que quando perguntamos para mais gente erramos menos. Esse está sendo o comportamento da Assembléia Legislativa.

Parabéns, Srs. Deputados, muito obrigado por estarem em nossa região. Espero que possamos ser orientados sobre a maneira de sermos melhor atendidos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. SIDNEY BERALDO – PSDB – Muito obrigado, Prefeito Gilson.

Tem a palavra o Prefeito de Cubatão, Clermont Silveira Castor.

O SR. CLERMONT SILVEIRA CASTOR – Boa-tarde a todos. Presidente Sidney Beraldo, Srs. Deputados, quero ser bastante breve porque o que vamos reproduzir aqui nada mais será do que uma reprise do que já foi falado pelo Mourão e pelo Gilson Bargieri, isso porque estamos sempre reunidos no nosso CONDESB pelo interesse da região.

Neste momento, não quero criar mais polêmicas. O que tenho é que agradecer à Assembléia Legislativa na pessoa do nosso Presidente e tenho que agradecer, do fundo do coração, porque agora estou vendo alguma participação mais efetiva da Assembléia Legislativa. Cobrávamos isso numa parceria maior. Estou falando agora como Prefeito de Cubatão. Tenho por obrigação ser chamado continuamente de “chorão” porque, se eu não chorar por Cubatão, quem vai chorar? Tenho que chorar mesmo!

Em resumo, Sr. Presidente, gostaria de dizer apenas o seguinte: quando tomei conhecimento do índice de riqueza, fiquei muito preocupado, porque (ininteligível) muito maior do que riqueza Cubatão tem uma dívida muito grande. Agora sendo prefeito, porque antes eu apenas especulava, acho que a Assembléia Legislativa tem por obrigação nos ajudar, porque tudo desse índice resume-se apenas numa coisa: finanças, dinheiro. O município que tem recursos melhora o seu índice. Ele tem como investir.

Na Cidade de Cubatão, e eu não sei até agora o porquê, não encontrei uma adesão maior dos nossos políticos na questão dos precatórios do nosso município. Posso hoje falar de cátedra, porque não transitou em julgado, mas eu aprendi que não se transita em julgado quando há novidades no processo. Tenho percorrido de Brasília a São Paulo: União, Secretaria, Corregedoria, Administração, Advocacia da União e não encontro saída.

Estou vendo que para esses investimentos da Baixada nós vamos dispende 30 milhões. Cubatão tem 360 milhões em precatórios. O que pode fazer um prefeito com uma dívida maior do que a receita? Quando se fala “Fórum de Desenvolvimento Econômico Sustentado” é preciso lembrar que sem recursos nós não fazemos nada.

Vou pedir aos meus deputados que me ajudem. Estive em Brasília falando com um Deputado do PTB – não vou citar nome – que ficou de ver uma medida provisória para resolvermos os problemas da Baixada Santista na questão dos precatórios.

Outra coisa: “desenvolvimento sustentado”. Nós fizemos uma parceria mais efetiva para evitar as invasões de mangue, áreas de preservação, onde hoje nós temos... sou obrigado, mais uma vez, a chorar aqui junto aos meus deputados para que levem minha mensagem ao nosso Governador Geraldo Alckmin, porque em outubro de 2001 fizemos um sorteio simbólico de 620 moradias do Bolsão 7 e isso está criando uma imagem desgastada não só para o Prefeito mas também para o Governador, porque até agora isso não saiu do papel. E à custa do quê? O que está dificultando? A tramitação das próprias Secretarias do Governo do Estado.

Não sei se é o momento, mas tenho de pedir um pouco mais de atenção. Acho que os nossos deputados conhecem nossa situação e precisamos ter parceiros para que esses índices – o que vai trazer melhor qualidade de vida – sejam corrigidos.

O meu discurso é inflamado mesmo, porque eu me emociono muito, mas estamos terminando o mandato e nada de produtivo se viu.

Portanto, meu Presidente, com todo respeito tenho de agradecer do fundo do coração a iniciativa deste Fórum, porque agora sei que vamos ter um pouco mais da presença dos senhores ao nosso lado.

Entenda meu discurso veemente como um pedido de quem está precisando sair com o pires na mão em busca de emendas orçamentárias. O interesse é dar melhor qualidade de vida não só para Cubatão, mas para a região.

Deixo uma pergunta e gostaria que dessem um pouco de atenção: tem-se falado (ininteligível) e não se falou do nosso agroporto em Cubatão.

Muito obrigado. (Palmas.)

* * *

- **Áudio incompatível com o texto degravado.**

* * *

O SR. – ...um dos maiores institutos de pesquisa do Estado de São Paulo, juntamente com a Fapesp, que é o Prof. Dr. Guilherme Ary Plonski.

O SR. GUILHERME ARY PLONSKI – Início, cumprimentando efusivamente a Assembléia Legislativa pela instituição e tão rápida operacionalização do Fórum de Desenvolvimento Econômico Sustentado do Legislativo. Na pessoa do seu Presidente, Deputado Sidney Beraldo, cumprimento todos os deputados e deputadas presentes. Permito-me destacar a participação muito especial do Deputado Emidio de Souza, 1º Secretário, no sábado passado, quando tivemos uma atividade primeira no Brasil, da formação de 61 brigadistas de incêndio, num assentamento urbano precário, no Jardim Vila Dalva. Ou seja, desde que começou o curso o pessoal já conseguiu evitar três incêndios na favela. Quero também saudar os prefeitos, vereadores e a população da Baixada Santista aqui presentes.

Serei muito breve, e dizer que embora sediado, principalmente em São Paulo, uma base em Guarulhos e outra em Franca, há um envolvimento profundo do IPT com a região metropolitana da Baixada Santista.

Por brevidade, vou apenas pontuar alguns exemplos desse envolvimento.

Na infra-estrutura, em primeiro lugar, temos uma presença forte entre a ligação entre as duas regiões metropolitanas. Por exemplo, na Rodovia dos Imigrantes, participamos dos trabalhos de planejamento e verificação de desempenho daquele grande túnel de três quilômetros, na questão ambiental e também na sustentação dos viadutos para as grandes cargas.

Temos feito aqui embaixo trabalhos recorrentes na ponte pênsil e na ponte rodoferroviária. Temos também feito trabalhos voltados a prédios públicos, por exemplo, no Museu da Pesca, em Santos, na Câmara Municipal em São Vicente, e também vendo questões estruturais de núcleos habitacionais.

O segundo grande foco de atividade, na qual estamos juntos com a Cetesb, aqui representada pelo Dr. Rubens Lara, pelo seu Presidente, e em tantas outras estâncias do Estado de São Paulo, é na Serra do Mar, principalmente no monitoramento geológico do movimento e num programa preventivo de defesa civil, que fez com que desde 88 não haja vítimas fatais na região. Essa também é uma atividade flutuante.

O terceiro tipo de envolvimento do IPT na Baixada Santista tem a ver com o desenvolvimento econômico. Há uma série grande de projetos. Mencionaria, por brevidade, apenas estudos relativos ao Porto de Santos, por exemplo, para que ele seja um porto de consolidação de pequenas cargas, reaproveitamento de áreas que se tornaram disponíveis para se fazer atividades culturais, e também estudos específicos, como o mercado da terceira idade, em Santos, e de aproveitamento agrícola em Itanhaém, entre vários outros.

Foram feitos vários estudos de impacto ambiental, minerações e pedreiras em São Vicente, depósitos de contêineres em Santos, aplicações em viveiros de rodovias. Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe não foram esquecidas.

Olhando um pouco para a frente, penso que há algumas oportunidades especiais em intensificarmos a relação entre o IPT e a região metropolitana da Baixada Santista. Um dos espaços de oportunidades que já vem sendo ocupado é exatamente nos arranjos produtivos locais. Temos um envolvimento em vários arranjos no Estado, e no arranjo têxtil que está começando aqui, junto com o SEBRAE, temos uma participação.

Um outro tema importante é o da exportação. Temos com o SEBRAE e outras agências um programa de apoio tecnológico à exportação, muito bem-sucedido, focalizando as pequenas e médias empresas: a Projetos.

Então, pela agência SEBRAE da Baixada Santista, ou diretamente, estamos à disposição.

Temos também uma outra atividade, que é o Prumo. Ou seja, unidades móveis que levam tecnologia às pequenas empresas; inicialmente no setor de plástico, setor de tratamento de superfície, também em parceria com o SEBRAE e Fapesp. Podem ser lá motivadas.

Finalmente, nas questões ambientais certamente podemos contribuir bastante, sempre junto com a Cetesb. Há mais um item, que foi mencionado pela Prefeitura de Cubatão: é a questão do ambiente construído. Como lidar com esse enorme desafio de aumentar a população que tem um ambiente construído digno e como fazer isso nas condições existentes de recursos limitados.

Temos uma experiência bastante tradicional, e gostaríamos de colocá-la à disposição.

Uma apresentação mais abrangente vai ficar no site do Fórum.

Muito obrigado pela oportunidade de poder dar essa breve mensagem, e reiterar que, embora situado em São Paulo, na cidade de Guarulhos, estamos muito presentes, física e tecnologicamente e com o coração, na Baixada Santista.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Encerrando esta participação dos Srs. prefeitos aqui presentes, faço o convite ao João Paulo Tavares Papa, vice-Prefeito do Município de Santos, representando o Prefeito Beto Mansur, para as suas considerações finais.

O SR. JOÃO PAULO TAVARES PAPA –

Mais uma vez, Sr. Presidente, quero dizer da nossa satisfação de estar sediando este Fórum. Quero dizer também que, com relação ao índice e à metodologia, consideramos este trabalho um grande avanço. Melhor do que o índice eventualmente desfavorável, em algum momento. Não termos índice nenhum para conversar, não termos base técnica nenhuma para decidir importantes questões como esta que ora tratamos, que é o PPA, o Orçamento, e assim por diante.

Com relação aos registros que considero importantes, do ponto de vista de Santos, praticamente são todos eles registros metropolitanos, questões de interesse metropolitana. Começaria pela lembrança da importância de retomar o trabalho político de regionalização do Porto de Santos.

Temos questões gravíssimas e importantíssimas que ocorrem todos os dias na nossa região. O entendimento de praticamente toda a classe política da Baixada Santista é de que a regionalização é o primeiro passo efetivo para a solução adequada desses problemas.

Nada contra a administração centralizada, do ponto de vista das pessoas que estão aqui representando o Governo Federal, mas é preciso uma aproximação efetiva da realidade local com a administração portuária.

Isso é importantíssimo para Santos, para Cubatão, para Guarujá e para os nove municípios da região metropolitana. Temos a certeza de que o Governo do Estado abraça essa causa, e acho que ela deve ser retomada o mais breve possível.

Foi aqui citado aqui, por alguns oradores que me antecederam, a importância do destaque de uma região portuária para o desenvolvimento turístico.

Pois bem, essa é uma das questões de grande importância para Santos que está paralisada há muito tempo.

Acreditamos que através da regionalização conseguiríamos dar um impulso mais adequado, por exemplo, para essa importante questão para nossa cidade.

Outro registro que considero importante é a retomada das discussões a respeito das obras complementares do Sistema Anchieta/Imigrantes, da segunda pista da Imigrantes.

Tudo isso foi muito discutido no passado, especialmente nos meses que antecederam a inauguração da segunda pista, e muito pouca coisa foi realizada. Algumas obras emergenciais, de fato, foram realizadas, especialmente aqui nos municípios vizinhos de São Vicente. Mas há um plano de ação de curto, médio e longo prazos em relação à melhor distribuição do tráfego, em função desse acréscimo de quantidade de veículos; enfim, de capacidade do sistema, que já está previsto e precisa ser reforçado sempre.

No caso de Santos, apenas como exemplo, o túnel na ligação entre as duas cidades, São Vicente e Santos, foi considerada a principal obra nesse conjunto de ações para a solução dos impactos da segunda pista.

Quero reforçar também um ponto importante, e o Governo do Estado está atuando, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, um trabalho que visa transformar parte da retroárea do porto santista – isso inclui Santos, Guarujá e também Cubatão – em atividade, numa espécie de pólo de reprocessamento de cargas e de mercadorias para exportação.

Não se trata de trazer grandes indústrias para Santos ou Guarujá, mas de conseguir meios e fins de atividades mais nobres para a nossa retroárea, que hoje é praticamente um grande depósito de mercadorias e gera pouco emprego. Os índices mostram claramente que, após a modernização, a privatização do setor portuário, a massa salarial, em dez anos, só desse setor caiu para menos da metade, e o número de trabalhadores vem caindo, e é natural que caia com a modernização, ano a ano. É preciso que encontremos atividades que substituam essa perda de Santos, Guarujá, que a Baixada Santista, de modo geral, sofreu. Uma alternativa, além do turismo, é criarmos atividades mais nobres da nossa retroárea. A Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado vem trabalhando nesse sentido, e o Governo do Estado e a Assembléia Legislativa podem dar um grande apoio ao avanço desse projeto.

Quero também reforçar o que foi dito e apresentado, da importância da implantação do VLT, que é o primeiro efetivo projeto de interligação metropolitana. Na verdade, só seremos um cidadão metropolitano, de fato, o dia em que tivermos um transporte metropolitano que seja eficiente, que tenha o custo adequado, que possa criar essa consciência metropolitana que hoje não existe. Temos gravíssimas dificuldades de transposição entre deslocamentos entre os municípios da Baixada Santista. Às vezes é mais difícil chegar de Peruíbe a Santos do que ir para São Paulo e interior.

Então, essa é uma questão que precisa ter um avanço imediato, e talvez o VLT seja o primeiro passo nesse sentido.

Quero lembrar da importância da criação de algumas atividades da Universidade de São Paulo, em Santos. Uma coisa que vem sendo tratada há muito tempo é que temos notícia da criação da USP na região Leste de São Paulo. E a Baixada Santista talvez seja hoje uma das últimas regiões do Estado que não têm ainda uma universidade pública. Consideramos todas as universidades da Baixada Santista de grande importância.

Encerro minha participação, parabenizando mais uma vez a Assembléia Legislativa por esse importante evento.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – HUGO DANIEL ROTSCCHILD –

Muito obrigado, João Paulo Tavares Papa, vice-Prefeito de Santos, pelas palavras. Queremos mais uma vez lembrar o site da Assembléia Legislativa www.al.sp.gov.br, onde os senhores e as senhoras encontrarão um link com o portal do Fórum, com tudo o que está sendo discutido nesta manhã.

Passo a palavra, neste momento, ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Sidney Beraldo, e Presidente também do fórum, para coordenar também as respostas aos questionários que foram manifestadas por parte da platéia.

O SR. SIDNEY BERALDO – PSDB – Quero rapidamente agradecer a participação dos prefeitos. Alguns manifestaram a sua preocupação com as colocações.

Quero dizer que estamos aqui exatamente para isso. O nosso objetivo é ouvir a sociedade civil, os vereadores e prefeitos, que estão trabalhando no dia-a-dia e têm realmente um diagnóstico muito mais preciso das ações necessárias do Estado. Recebemos essas manifestações com muita tranquilidade e queremos que, numa reunião como esta, não estejamos apenas produzindo diagnósticos, mas realmente provocarmos ações concretas na medida do possível. Não temos também a pretensão de dizer que resolveremos tudo, mas trabalharemos juntos no sentido de encaminharmos ações concretas.

Quero passar a palavra ao Sr. José Antonio Parimoschi, nosso Secretário Executivo do Fórum, para que possa fazer os encaminhamentos devidos, inclusive de manifestações e perguntas que chegaram.

O SR. JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI – Devido ao adiantado da hora para agilizar os questionamentos, procurei reunir por itens. Tentei estratificar as perguntas e farei dois encaminhamentos: um para o Prof. Zimmermann, com algumas perguntas de qualificação mais técnica do conteúdo do TRS, do próprio PPA. A outra são várias perguntas dirigidas à instituição Assembléia Legislativa, a qual repasso ao presidente. Se ele desejar, poderá compartilhar com os companheiros da Mesa, na seqüência.

Quero apenas lembrar aos participantes de que temos uma papeleta, e as entidades da sociedade civil, por exemplo, podem se manifestar fazendo as perguntas por escrito e

encaminhando à Mesa, pois repassaremos aos respondentes. Temos também um questionário que tem a ver com a relatoria desses trabalhos que estão sendo desenvolvidos. É importante que este questionário seja respondido e seja deixado na saída.

Prof. Zimmermann, procurei agregar todas as perguntas em três tópicos. O primeiro o Prefeito de Cubatão pôde manifestar na tribuna em relação ao agroporto como fator desenvolvimento constante do PPA. O segundo seriam programas e ações de tecnologia que constam do PPA, se eles têm o dedo da Unicamp como indicação desses programas ou não, e o terceiro seria uma dúvida pontual, porque a diminuição do valor adicionado per capita de Santos comparece com os demais municípios da Baixada. Essa é uma dúvida pontual que surgiu em razão da sua apresentação.

São estes os três encaminhamentos. Se, na seqüência, tiver mais alguma pergunta, eu a repito, Prof. Zimmermann.

O SR. ZIMMERMANN – Com relação ao aeroporto ter ou não fator de desenvolvimento da Baixada, inegavelmente teria.

Falarei primeiro sobre o aeroporto, que é o seguinte. Não sei se alguém deseja ouvir, mas a minha opinião é que um aeroporto de carga, saindo de Santos para a região mais próxima do ABC, parece-me ser importante. Não acho que seja interessante um aeroporto de caráter passageiro na Baixada. Santos desenvolveu-se pelo turismo de automóvel, mas o turismo internacional é de navios, e também acho que é o caso de avião. Para isso, precisaria de uma infra-estrutura muito maior, de centros maiores. No mundo inteiro é assim. Li as críticas das audiências no sentido de que fosse um aeroporto de passageiros. Penso que cabe, sim, um aeroporto de passageiros e de cargas.

A questão do agroporto será uma saída pelo Cubatão, naquele terminal que existia na Cosipa. Confesso que não tenho uma opinião, mas vou dizer o seguinte. Não acho que seja economicamente viável a curto prazo. Os projetos serem viáveis ou não também depende do tempo de maturação, do tempo de luta pelos projetos, pois eles foram se solidificando pelos interesses dos portugueses de abrirem e queimarem a mata. Aliás, caçara vem daí. Fazer açúcar aqui num solo totalmente ruim. Mas fica aqui um estabelecimento que foi se desenvolvendo, e foi daqui que fluiu a vida para fora.

As exportação de cítricos do Estado de São Paulo, por exemplo, já se faz pelo porto, e isso não é especialização. Sinceramente, as especializações agregam rentabilidade e produtividade. Mas desconheço hoje forças expressivas por ignorância minha, não porque não exista. Por isso, não vejo que a saída seja por aí.

A maior parte de problemas de tecnologia que estão embutidos no PPA não é uma proposta exclusiva da Unicamp. Alguns dos consultores que elaboraram esse PPA pertencem aos quadros da Unicamp, como o ex-Secretário Geral do Ministério de Ciência e Tecnologia, Prof. Carlos Américo Pacheco. Mas, um dos coordenadores do Prof. José Roberto Afonso é também professor do Instituto de Economia. Mas eu não poria um componente genético nos programas. Por quê? Porque existem várias organizações que estão atuando nessa área. O SEBRAE tem um programa intenso de apoio aos arranjos positivos locais. A Fiesp tem uma preocupação nesse sentido. Os próprios técnicos que estavam na Secretaria de Ciência e Tecnologia também opinaram muito sobre isso.

O que há é que talvez tenha tido uma influência maior no diagnóstico o fato de que a economia paulista é competitiva em termos internacionais, e que precisamos aprofundar isso. Existem dois fatores que nos fizeram ficar em 13º lugar, um pouco atrás da China e não um pouco à frente, em 12º lugar. É uma questão da baixa mão-de-obra especializada, com conhecimento tecnológico. São os custos das Fatecs, etc. Isso incrementaria tremendamente esse fator, que é de avaliação internacional. E o outro fator, como citei, é a eficiência do governo. A nossa máquina administrativa precisa ter a sua eficiência aumentada. Quem deu “show” de bola foi a iniciativa privada.

A queda do valor adicionado da região de Santos é relativa e não absoluta. Isto quer dizer que as outras regiões desenvolveram-se mais, principalmente tem um viés muito grande no valor adicionado dado pela movimentação cambial. E as exportações, que são do complexo sucroalcooleiro, etc., contribuíram muito para o desvio do valor adicionado.

Uma outra coisa é que, nos últimos anos, pelos acordos da privatização, as tarifas públicas foram corrigidas com indicadores acima da inflação. E como sobre as telecomunicações, energia elétrica e combustíveis incidem o ICMS, este é, nesse caso, distribuído conforme o consumo. Então, todas as regiões da Baixada Santista industrializadas perderam, porque a estrutura de consumo é mais distribuída do que a estrutura de profissão.

O SR. – Obrigado, Prof. Zimmermann.

Quero devolver a palavra ao Sr. José Antonio Parimoschi.

O SR. JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI – Volto a dizer que todas as contribuições estão sendo registradas. Todas elas deverão ser encaminhadas no nosso relatório. Temos um relator que está anotando todos esses questionamentos.

Conseguí extrair uma dúzia de perguntas, Deputado Emidio de Souza, que se dirigem à instituição. Repassarei então e o senhor faz o encaminhamento, ou distribui aos companheiros da Mesa. São questões principalmente voltadas ao PPA: quais são as alternativas para aumentar a geração de emprego? Como melhorar a distribuição de renda? Quais as alternativas de desenvolvimento da região?

Gostaria apenas de frisar uma passagem onde uma das perguntas se relacionava à questão da universidade pública na região, que o vice-prefeito de Santos já abordou aqui. Então, este tema já foi abordado. Apoio a programas de plataformas industriais, para incentivar a competitividade do Porto de Santos. Por último, como poderiam ser encaminhados, por meio da Assembléia, investimentos, ou melhorar os quantitativos previstos nesse PPA. No caso, investimentos na área de saneamento básico, que são de fundamental importância para a região da Baixada Santista.

O SR. EMIDIO DE SOUZA – PT – Todas as sugestões serão consideradas pela Assembléia da maneira própria, como disse o Sr. José Antonio. Toda a sessão é gravada e será devidamente transformada em relatório, para servir de base para a ação da Assembléia quando da votação do PPA. O fato é que muitas das sugestões aqui colocadas podem ter escoamento em programas que já estão em andamento, tanto do Governo do Estado quanto do Governo Federal, como, por exemplo, programas de redistribuição de rendas e de inclusão social, como outras emendas na questão da universidade.

A questão do saneamento, a Deputada Maria Lúcia Prandi me lembra, que já há um empréstimo aprovado pela Assembléia de 200 milhões de dólares do banco japonês, que já consta do PPA. Portanto, neste caso, talvez seja a competência da Assembléia fazer com

que isso de fato aconteça, o que poderá dar um grande salto na questão do saneamento básico.

Todas as sugestões elencadas, evidentemente serão consideradas quanto da feitura do relatório, e nas emendas apresentadas pelos Srs. Deputados. Só lembro que todas as considerações feitas, inclusive sobre o agroporto, têm uma mediação técnica e uma mediação política. O próprio Governo do Estado, como V. Exa. sabe, já anunciou, em diversas oportunidades, a construção do agroporto, muito embora não conste do PPA. Então, é uma questão que a mediação política vai ter que dizer o que fazer com relação a este tema no debate.

A Deputada Maria Lúcia Prandi está me lembrando que a questão da pesca não foi convenientemente colocada. Acho que foi tratada de passagem, mas é importante que no relatório seja considerado o que tem peso na atividade econômica da região.

De volta à nossa mesa, devolvo a palavra ao Presidente do Fórum e da Assembléia Legislativa, Deputado Sidney Beraldo.

O SR. SIDNEY BERALDO – PSDB – Bem, gente, terminando aqui nossos trabalhos, quero agradecer aos deputados, à presença efetiva dos prefeitos, a contribuição para que possamos produzir realmente resultados. Quero agradecer à sociedade civil aqui presente, ao IPT, à Agência, ao pessoal do CEPAM, do NESUR, do SEADE...

* * *

- **FIM DO ÁUDIO.**

* * *